



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENELA

Realizada no dia 17 de fevereiro de 2014

Ata n.º 4/2014

-----No dia dezassete de fevereiro de dois mil e catorze, na vila de Penela, Edifício dos Paços do Concelho e Sala das Sessões da Câmara Municipal, reuniu esta, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Luís Filipe da Silva Lourenço Matias, estando presentes os Senhores Vereadores Emídio Domingues, Rafael Cândido Justino Baptista, Eduardo Jorge Mendes Nogueira dos Santos e Paulo António da Silva Roxo.-----

-----Secretariou a reunião a Técnica Superior, Maria Leonor dos Santos Carnoto.-----

-----Verificada a presença dos referidos membros, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, pelas catorze horas e trinta minutos, tendo a Câmara passado a ocupar-se da agenda de trabalhos, da qual faziam parte os seguintes pontos:-----

ORDEM DE TRABALHOS

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Finanças Municipais;
2. Assuntos de interesse da Autarquia
3. Outras Intervenções

ORDEM DO DIA:

1. Leitura e aprovação da ata anterior
2. Projetos e requerimentos de obras particulares
3. Requerimentos diversos
4. Expediente vário
5. Reforma Judiciária.
6. Inauguração da Exposição sobre Álvaro Cunhal.
7. Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra - Adesão.
8. Caminhos Agrícolas do Concelho de Penela: Rabaçal/cruzamento da Fartosa; Fartosa/Tamazinhos; Ponte de Viavai; Soito/Escoural - Adjudicação.
9. Quiosque da Senhora da Conceição - Resolução do contrato de cessão de exploração.
10. Refeições Escolares Cumieira - Indemnização Santa Casa da Misericórdia.
11. Casa da Criança de Penela -Transferência de comparticipação da DREC para a Santa Casa da Misericórdia.
12. Apoios Municipais:
 - 12.1 - Agrupamento de Escuteiros de Penela

-----Sendo catorze horas e trinta minutos o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, entrando-se na apreciação dos assuntos constantes da ordem de trabalhos. -----

1. **FINANÇAS MUNICIPAIS**_ Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria número trinta e dois (referente ao dia útil anterior - sexta-feira) o qual apresenta os seguintes valores:-----

-----SALDO EM OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: - 182.978,72 - cento e oitenta e dois mil, novecentos e setenta e oito euros e setenta e dois cêntimos;-----

-----SALDO EM DOCUMENTOS: - 76.315,65 – setenta e seis mil, trezentos e quinze euros e sessenta e cinco cêntimos;-----

-----SALDO EM OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS: - 184.365,09 – cento e oitenta e quatro mil, trezentos e sessenta e cinco euros e nove cêntimos.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

2. ASSUNTOS DE INTERESSE DA AUTARQUIA-----

- O Senhor Presidente da Câmara:-----

– Informou que, no âmbito das comemorações do centenário de Álvaro Cunhal, foi editada uma exposição sobre a sua vida, pensamento e luta, que foi disponibilizada para ser utilizada pelas instituições. Nesse âmbito a organização concelhia de Penela do PCP solicitou que a mesma pudesse estar patente também em Penela, motivo pela qual disse ter aproveitado a ocasião para a inauguração oficial da mesma, iniciando a presente reunião com o ponto seis da Ordem de Trabalhos. Dirigindo-se aos membros do PCP, ali presentes, cumprimentou-os e agradeceu-lhes o facto de terem escolhido Penela para divulgar as memórias de Álvaro Cunhal, dirigindo um cumprimento especial à senhora professora Graça Pedrosa, que foi sua adversária política nas últimas eleições autárquicas, à Câmara de Penela. Disse acolher com muita satisfação a presente homenagem, salientando a coerência ideológica da figura em causa, valorizando o seu papel. Referiu que enquanto Presidente de Câmara e apesar de não ter vivido nesses anos, reconhecer a importância daquele homem que viveu naquela época. De seguida deu a palavra à direção do Partido Comunista Português, nomeadamente à Dr^a. Isabel Vale.-----

A mesma começou por agradecer o acolher da exposição dos 100 anos do Álvaro Cunhal em Penela. Explicou que a exposição tem como principal intuito o dar a conhecer a toda a figura do Álvaro Cunha. De seguida fez uma resenha biográfica de Álvaro Cunhal, concluindo a sua intervenção com o seu historial bibliográfico.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento e manifestou o seu respeito e admiração pela figura de Álvaro Cunhal no país.-----

– Retomado o período antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente, informou ter sido iniciado, após alguma discussão, o processo de acreditação do laboratório da ETPSicó, que se pretende inicialmente funcionar apenas na vertente de análises “agroalimentar” (mel, queijo, etc). Disse ter já promovido com aquela escola uma reunião de trabalho sobre o assunto.-----

Ainda, sobre a ETPSicó e na lógica da redefinição de alguma estratégica formativa, disse achar que dever apostar-se em novos cursos, até para diversificar a oferta formativa e ter em carteira novas alternativas de escolha e candidatar mais quatro cursos: técnico de produção agrária, técnico de sistemas informação geográfica, técnica de química industrial e Técnico de Processamento e Controlo de Qualidade Alimentar.-----

– Deixou nota que entre 10 e 14 de fevereiro tivemos a visita de uma comitiva de investidores internacionais com sede no Canadá e de uma empresa consultora com sede na Suíça, especializada em turismo de montanha, a 360 Vox, que passou connosco dois dias a visitar o sistema da serra da Lousã. Pedimos para analisarem o potencial do nosso produto, dado o seu know-how. Valorizaram muito aquilo que viram, traduzindo-se a sua opinião numa visão muito interessante.-----

– Informou que no dia dez de fevereiro, a convite do senhor Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural os municípios que compõem a Serra da Lousã, a Associação de Monteiros e as Associações de Caçadores tiveram uma reunião conjunta, sobre a “zona de caça nacional da Lousã” . Disse tratar-se de um processo turbulento, havendo a necessidade de ativar o assunto da gestão da zona de caça com o intuito de definir o melhor modelo de gestão e valorização dos recursos cinegéticos, turísticos, produtos de fileira florestal, etc.-----

– Foi realizada também, uma reunião com o artífice responsável pelo Penela Presépio, Jaime Roxo, no sentido de delinear o Penela presépio 2014, bem como o horizonte temporal 2014-2017 e a contratualização/tarefas que lhe foram adstritas. Haverá também uma reunião interna com os

responsáveis pelo evento e posteriormente outra com o artesão. Ficou definido que iremos apostar na inovação pois, embora o modelo funcione, há que inovar tendo sido lançado o desafio ao Jaime Roxo.-----
-----O senhor Vereador Eduardo Santos, perguntou se existe alguma garantia ou pré-acordo com o artesão Jaime Roxo, no sentido de manter o evento.-----

- O senhor Presidente da Câmara disse que sim, sendo intenção manter o evento até final do mandato (2017).-----

- Continuando, deu conta de que, as condições climatéricas adversas têm colocado à prova a capacidade de resposta da Proteção Civil/Bombeiros, deixando uma nota de apreço pela forma diligente com os serviços e os Bombeiros têm dado resposta. Salientou que quando se refere aos serviços de Proteção Civil, se refere a todos quantos se dedicaram a apoiar as pessoas nas suas chamadas de ajuda.-----

- Deu conta que amanhã será a apresentação da instituição do CLDS+, entendendo-se que chegou a hora de chamarmos as direções das IPSS envolvidas.-----

3. OUTRAS INTERVENÇÕES:

- **O senhor Vereador Emídio Domingues:**-----

- Sobre o pessoal envolvido em tarefas de proteção civil, nomeadamente os nossos colegas ainda a semana passada foi de noite, debaixo de chuva torrencial, com o maquinista desobstruir uma estrada no Trilho.-----

- Decorreu no fim de semana, no pavilhão multiusos, a primeira feira outlet. De uma maneira geral correu tubo bem, outras coisas menos bem, como a falta de divulgação do evento. O evento foi feito em articulação com os comerciantes do concelho, pois só assim fazia sentido, para poderem escoar os seus produtos. Foi o primeiro evento mas há que continuar, daí fazer sentido criar uma associação de comerciantes para dinamizar no futuro este tipo de eventos.-----

- **O senhor Vereador Rafael Baptista:**-----

- Enquanto responsável pela proteção civil, salientou o empenho dos serviços, que têm sido inexecutáveis para gáudio nosso.-----

- Sobre a ETPSicó - acreditação de laboratórios com valência de análises químicas, será um meio de valorização dos produtos endógenos e uma mais valia para todos.-----

- Recebemos o "agrément" sobre a nossa adesão ao Pacto de Autarcas e imediatamente convidámos a AREAC a ajudar na elaboração do diagnóstico que aceitou, pois fomos o primeiro município a aderir ao Pacto.-----

- **O senhor Vereador Paulo Roxo:**-----

- Deixou uma palavra de apreço relativamente à atividade e prestação dos Bombeiros Voluntários de Penela, neste período adverso, que a troco de nada dão tudo.-----

- Disse lamentar e manifestar o seu desgosto pela notícia da extinção do tribunal de Penela. -

- **O senhor Vereador Eduardo Santos:**-----

- Em nome dos Vereadores do Partido Socialista, associou-se à nota de destaque dada ao desempenho dos Bombeiros, proteção civil, funcionários da câmara e outros intervenientes, aquando das situações de emergência provocadas pelo mau tempo.-----

- Perguntou como está a situação com as "Estradas de Portugal" no que respeita à situação das estradas do Concelho, ao que o Presidente da Câmara informou ter já uma resposta ao relatório enviado, em que concordaram com algumas situações e discordaram com outras, daí termos solicitado uma reunião para avaliar a situação. Existe um conjunto de estradas que há anos estariam certamente melhores do que agora pois foram sujeitas a cargas, que as danificaram, estando algumas situações já a ser objeto de reparação.-----

- O senhor Vereador Eduardo Santos, perguntou se existem estradas que devido ao mau tempo necessitem de intervenção, e se existe relativamente à questão do talude, junto às bombas, existe o risco de desabamento da estrada.-----

----- O senhor Presidente respondeu que a questão do talude nas bombas é da responsabilidade das Estradas de Portugal, pelo que há que aguardar por um plano de ação, por parte daquela entidade.

Referiu que o encharcamento verificado é que provocou a situação pois o sistema de drenagem não está bem construído.-----

-----O senhor Vice-Presidente, acrescentou que não existe risco de desabamento pois existe uma camada de solo permeável, no entanto quando aumenta o caudal acontece o que se viu. Prometeram construir um canetele pois o talude está inclinado para cá. Há também outra situação a crista de talude que deveria ser arredondado, caso os condóminos autorizem. Vamos aguardar que o tempo melhore para que as Estradas de Portugal o intervencionem.-----

-----O senhor Presidente da Câmara, acrescentou que não temos estudos geológicos daí não ser um problema da nossa responsabilidade. No dia a seguir à enxurrada veio logo um responsável das Estradas de Portugal, um engenheiro e um empreiteiro. A consolidação do talude é da responsabilidade das Estradas de Portugal. A Câmara Municipal só se pronuncia pela estabilidade do edificado.-----

- Em nome do Partido Socialista deu os parabéns às PME's excelência do concelho, nomeadamente à Frijobel - Indústria e Comércio Alimentar, S.A e à Simões & Rodrigues, S.A., fazendo votos para que continuem a receber este prémio por muitos anos.-----

----- O senhor Presidente, sobre assunto respondeu que pensou entregar-lhes uma menção honrosa dado serem o concelho do distrito com mais empresas PM Excelência. Os critérios para serem considerados PME são bastante apertados, dado os rácios a cumprir.-----

- Deu os parabéns ao executivo por seguir duas propostas do Partido Socialista, a primeira relativa à criação da associação comercial e industrial de Penela, a segunda a ver com a valorização das valências da ETPSicó.-----

----- O senhor Presidente, respondeu que tais propostas faziam parte do caderno eleitoral.-----

----- O senhor Vereador Rafael Baptista, disse desconhecer por completo a valência dos laboratórios por parte do PS.-----

- Solicitou formalmente ao Executivo da Câmara Municipal de Penela, na pessoa do senhor Presidente, que disponibilize a todos os Vereadores um relatório financeiro completo sobre a iniciativa "Presépio de Penela" Edição de 2013, detalhando todos os custos, incluindo os do presépio animado.-

-----O senhor Presidente respondeu ter já referenciado que como todos os eventos municipais costuma trazer sempre o relatório para conhecimento. Só no fim de fechar tudo, nomeadamente o ponto 12.1 da ordem de trabalhos de hoje será possível. Já em anteriores reuniões ficou claro que trariam o relatório.-----

- O senhor Vereador Eduardo Santos, disse ter entendido isso mas se demorar muito tempo a chegar perde-se o interesse político.-----

----- O senhor Presidente, respondeu que o interesse não deverá ser político mas sim o saber em quanto ficou o evento. Têm sido realizadas reuniões nesse sentido, para acertar alguns detalhes e algumas questões que tinham a ver com o desmantelamento, que durou um mês. Só após esses trabalhos é possível a avaliação final.-----

----- O senhor Presidente disse que seguramente foi o ano em que os gastos foram menores e que não se sentiu no registo de entrada.-----

- O senhor Vereador Eduardo Santos disse terem feito um pedido formal logo também gostaria de ter uma data formal para a sua entrega.-----

----- O senhor Presidente respondeu que a partir de hoje será mais fácil, estando convencido que na próxima reunião será possível trazê-lo, reiterando que só a partir de hoje com o ponto 12.1 é possível encerrar o dossier.-----

- Sobre o atendimento aos munícipes, que foi marcada para os sábados, perguntou se já foi posto em prática esse sistema? Ao que o senhor Presidente respondeu que sim, realizando-se a mesma consoante a disponibilidade das pessoas que têm que marcar por mail ou telefone, previamente.-----

- Quanto ao programa CLDS+ disse pretender alguns esclarecimento, nomeadamente sobre a troca de coordenador pois, pelo que lhe constou a nomeação do José Carlos Reis foi recusada.-----

----- O senhor Vice-Presidente, acrescentou que ao convidarem o José Carlos Reis teve a ver com a sua experiência, o conhecer o território, liderança pois vai ter que lidar com as IPSS. Meter alguém novo era impensável e a segurança Social aceitou.-----

----- O senhor Presidente informou que ainda não foi feito nada. Formalmente a nomeação do coordenador terá que aguardar e ir a ratificação da Segurança Social. Entenderam que ele seria a pessoa inicialmente caso contrário não teriam plano de ação para apresentar à Segurança Social. A proposta não preenchia o requisito exigido a licenciatura, embora não fosse claro nas exigências. Além disso o salário daquele coordenador não podia ser suportado pelo programa foi o que disse a Segurança Social. Não podemos prescindir do José Carlos que é o responsável pela proteção Civil. ----
- O senhor Vereador Eduardo Santos, disse que pelo contrário foi dito no início que ele era a pessoa ideal daí ter-se manifestado contra. Quanto ao CLDS+ disse querer sublinhar que em momento algum foi contra a escolha da Santa casa da Misericórdia como parceiro local, manifestou-se sim contra a forma como foi conduzido o processo nomeadamente o facto de não terem considerado outras instituições, uma vez que a Santa Casa da Misericórdia não se manifestou motivada em assumir o processo.-----

----- O senhor Vereador Paulo Roxo, disse nunca ter havido da sua parte qualquer coisa contra ter sido ele o escolhido, mas não ficou claro que ele pudesse vir a ser afastado. Acha que deveria continuar no processo e ter sido considerada na altura a possibilidade dele vir a ser afastado.-----

----- O senhor Vice-Presidente, questionou de que maneira era possível outra instituição é que para a Santa casa da Misericórdia não é fácil pois terão de pagar à frente para depois receberem. Enquanto o Plano não for aprovado não há garantia de nada.-----

- O senhor Vereador Eduardo Santos, quanto ao nome do senhor José Carlos Reis, reafirmou que na altura estranhou a escolha, não por questão técnica ou pessoal mas porque tinha sido acabado de ser nomeado para outro cargo nesse mesmo dia, não percebendo como é que o executivo até determinada data precisava de três assessores e passou a conseguir funcionar com apenas um. Acha deselegante não termos sido formalmente informados e estarmos a saber pela internet e comunicação social, tal como aconteceu com o Inverno Cultural. Na rua já se afirma a boca cheia o nome da pessoa escolhida para substituir o Sr. José Carlos Reis e o que o executivo tinha “metido os pés pelas mãos”. Mas uma vez, o facto de não sermos informados é nova prova de deselegância. ----

----- O senhor Vice Presidente, respondeu que, desde o início é um projeto que tem algumas verbas alocadas que deve ter à frente uma pessoa assertiva. O processo deve ser fechado perante a Segurança Social e logo que isso aconteça teremos equipa. Não divulgaram qualquer nome a não ser que a Santa casa da Misericórdia o tenha feito.-----

----- O senhor Presidente, disse poderem estar enganados pois primeiro há que ver se a pessoa tem competências. Tendo a possibilidade de ter essa pessoa dentro de portas é o ideal pois temos tido muitas ofertas vindas de fora. Não há nomes escolhidos pois enquanto a Santa Casa da Misericórdia não decidir não há nada.-----

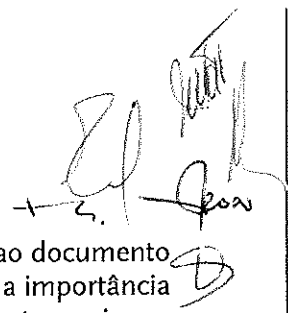
- O senhor Vereador Eduardo Santos, insistiu que já toda a gente, fora de portas, sabe o nome da pessoa escolhida, falando-se da maneira como foi escolhida.-----

----- O senhor Presidente da Câmara disse que para esse género de discussão não contribui.-----

- O senhor Vereador Eduardo Santos, disse estar a questionar o órgão certo mas se entende que se deve resguardar o nome é triste, pois no exterior já existem conclusões.-----

ORDEM do DIA

1. ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior, em virtude de ter sido previamente distribuída a todos os elementos deste Executivo, estando em conformidade com a minuta respetiva, pelo que foi a mesma aprovada por unanimidade e assinada. -----
2. OPERAÇÕES URBANISTICAS: Não foi apresentado.-----
3. REQUERIMENTOS DIVERSOS: Não foi apresentado. -----
4. EXPEDIENTE VÁRIO: Não foi apresentado.-----
5. REFORMA JUDICIÁRIA: O senhor Presidente começou por dar conta da indisponibilidade da documentação, que foi presente ao Conselho de Ministros, relativa à discussão do tema Reforma judiciaria. Disse, no entanto, ser publica a orientação da reforma judiciária e do encerrar do Tribunal



de Penela assim como de outros ao longo de todo o país. Apesar de não se ter acesso ao documento formal é da opinião que o mesmo não satisfaz o território pois apesar de se reconhecer a importância de algumas medidas, quanto ao mapa judiciário carece de alguns defeitos, nomeadamente o privar o cidadão ao acesso à justiça. Nesse sentido disse ter resolvido tomar algumas decisões.-----

Esteve presente numa reunião com a senhora bastonária e a seu convite estiveram presentes outros municípios. Segundo ela os municípios com “relação de proximidade ficam praticamente sem nada, pois não podem consultar os processos. Vamos ter no futuro vinte tribunais por distrito, sendo que os que continuam e que não são comarca verão determinadas ações, a partir de determinado valor, ser julgadas noutra instância, dando o exemplo do tribunal de Condeixa e do Tribunal de Coimbra. Tal significa que aos tribunais que restam também lhes serão retiradas competências, sendo a tendência encerrar futuramente. Disse terem sido convidados os deputados, eleitos pelo círculo de Coimbra, que virão na próxima segunda-feira para uma reunião de trabalho, esperando ter já o documento nessa altura. Existem várias questões que pretende colocar, como por exemplo da possibilidade do tribunal continuar com um funcionário, para dar informação. Como acha que o Partido Socialista irá apresentar um pedido de reapreciação parlamentar acha que se lhe deve dar a informação que se possui sobre o assunto, nomeadamente o número de movimentações de processo, cujos dados divulgou.-----

-----O senhor Vereador Eduardo Santos, perguntou ao senhor Presidente se, quando se refere a processos se refere a julgamentos.-----

-----O senhor Presidente respondeu que não, acrescentando que a senhora bastonária sobre o número de processos disse que, a cumprir à risca aquele critério, só encerrariam dois tribunais no país. Deixou ainda em suspenso a possibilidade de se avançar com uma “ação popular”, em que as pessoas podem lançar mão dado sentirem-se despoletados como tal, assumindo-se como primeiro subscritor do mesmo, caso se avance com ela. De seguida perguntou se existem outras ações que devam ser tomadas.-----

-----O senhor Vereador Eduardo Santos, sobre o assunto apresentou um documento, que passou a ler.-----

“No passado dia 06 de Fevereiro a Ministra da justiça, Paula Teixeira da Cruz, informou os senhores jornalistas de que 20 tribunais serão encerrados, entre os quais, está incluído o Tribunal Judicial da Comarca de Penela.-----

Os vereadores do partido socialista repudiam esta decisão de forma profunda, considerando que atenta contra os princípios básicos da cidadania. Esta decisão penaliza fortemente os Penelenses e vem dificultar o acesso à justiça, desmotivando os cidadãos de recorrerem a este serviço público, uma vez que aos custos da justiça, em si, ainda irão ter que somar os custos inerentes a uma deslocação para outro concelho.-----

Se a atitude do governo tem sido péssima, a atitude deste executivo camarário, não tem sido melhor, pois têm assistido a todo este processo de forma “impávida e serena”. Quando esta possibilidade foi aventada, outras autarquias começaram imediatamente a procurar reunir condições para impedirem que este cenário se tornasse realidade e a única medida, tomada pelo Município de Penela, (assumida pelo vice-presidente à altura e atual Presidente de Câmara, Luís Matias)foi um pedido de reunião à Ministra da Justiça que foi entretanto (soubemos pelos jornais) recusada.-----

Nos últimos dias, temos assistido a um conjunto de medidas tomadas apenas para consumo interno, isto é, apenas para “Penelense ver”, pois este executivo teme ser acusado pela sua inércia na defesa dos interesses dos seus eleitores.-----

Os Penelenses são pessoas de bem, e, não tenho dúvidas que mereciam ser mais bem representados, tanto a nível local, como a nível nacional.-----

Talvez a senhora ministra tenho escolhido o Tribunal de Penela “iludida” com o aumento do poder de compra dos Penelenses (que segundo o PSD local terá aumentado de 24 para 58,6%). Talvez tenha considerado que os habitantes do Concelho de Penela têm dinheiro para suportar as deslocações para outros concelhos com gente mais “carenciada”.-----

O senhor Presidente de Câmara, quando confrontado com esta notícia, referiu estar em absoluta discordância. Estar em “absoluta discordância” é discurso apenas para consumo interno, para tentar tapar os olhos às pessoas que o elegeram. Se estivesse em absoluta discordância, como refere, teria dado prioridade à tentativa de que esta realidade não ocorresse. É um comentário carregado de

demagogia, uma vez que não fez absolutamente nada para inverter este cenário. E, esta decisão penaliza-o a si, pessoalmente, uma vez que era o senhor o responsável por este dossier!-----
Se nada for feito, a seguir encerra a repartição de finanças, a GNR e, qualquer dia, será o o próprio Município!-----

E o Sr. Presidente arrisca-se a que o seu nome fique perpetuado na história do Concelho pelas piores motivos."-----

-----O deputado Paulo Roxo, reforçou as palavras do Vereador Eduardo Santos, deixando uma palavra de lamento e desagrado em relação à extinção do Tribunal de Penela. Lamenta a forma como o Governo tem apontado espingardas para o nosso concelho. É um assunto que não pode ser analisado isoladamente mas no seu todo. Sempre que o Governo faz reformas tem sido um dos alvos preferenciais esperando não ir mais além. Sobre as ações acha que deveria haver uma ação concertada popular, achando que não se devia por de parte a providencia cautelar.-----

-----O senhor Presidente disse haver uma grande confusão pois não foi só agora que se começou a trabalhar sobre a questão. Já há bastante tempo havia sido pedida uma reunião assim como o texto do documento final, pois a reforma chegou primeiro à comunicação social do que ao Município. Tal reforma não satisfaz nenhum dos municípios abrangidos, pois agrava a morosidade processual da justiça. No que respeita às iniciativas tomadas a Câmara Municipal reuniu previamente com a senhora Ministra e um conjunto de municípios da região, fazendo-lhe ver a nossa opinião. Reuniu também com a ANMP, sobre o assunto. Além disso foram colocadas à discussão da reunião da Câmara Municipal moções, cujos textos foram posteriormente enviados a várias entidades.-----

Tal documento corporiza a opinião da Câmara Municipal ao tempo sobre o assunto. No entanto não viu nenhuma hipótese de solução apenas a providencia cautelar sugerida pelo senhor Vereador Paulo Roxo. Está em crer que, mesmo os municípios que promoveram ações populares, não viram a sua situação alterada. O único município do distrito que viu a sua situação alterada foi a Pampilhosa, dado o critério distância. Sobre o poder de compra dos penelenses, o seu valor foi disponibilizado pelo INE, o que nos deixou muito satisfeitos. No que respeita à questão de comentar com outros municípios ficou assente na reunião da ANMP a importância de dever estarmos todos unidos, pois foi uma ação que foi concertada entre todos, não obstante a ideologia política.-----

Terminou dizendo que, entretanto ficam a aguardar que lhes seja distribuído o texto do Decreto-lei, que foi levado a Conselho de Ministros.-----

6. INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO SOBRE ÁLVARO CUNHAL:-----

7. CENTRAL DE COMPRAS DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DE COIMBRA.

ADESÃO: Pelo senhor Presidente da Câmara foi presente a informação a seguir transcrita, explicando em linhas gerais o seu teor e a necessidade de adesão à Central de Compras da CIM.-----

“Proposta”-----

Por deliberação de 19 de outubro de 2011 a Câmara Municipal deliberou aderir à Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte (CIMPIN), aprovando a respetiva constituição, no âmbito da CIM, enquanto entidade agregadora dos Municípios que a integravam, mediante deliberação de cada um dos executivos camarários, ficando assim a CC-CIMPIN devidamente habilitada para fazer os convites e realizar os leilões eletrónicos em todos os procedimentos concursais por si realizados ou por outras Centrais de Compras de adesão voluntária como a Agência Nacional de Compras Públicas. -----

Deliberou ainda aderir ao Portal Informativo de Cotações do Pinhal Interior Norte, uma plataforma que permite às empresas fornecedoras comunicarem as suas condições de venda, dos mais variados bens e serviços, de acordo com um conjunto de critérios previamente definidos, assentes em princípios de concorrência, transparência e eficiência, e que permite aos municípios, freguesias e empresas municipais interessados uma consulta instantânea ao mercado e aos fornecedores, nas aquisições de bens e serviços de de valor inferior a € 75.000,00. -----

A Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, veio estabelecer um novo regime das comunidades intermunicipais, procedendo à extinção da Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte e, conseqüentemente, à integração dos municípios que a constituíam nas novas entidades: Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (artigo 2º nºs

2 e 5). -----
Neste contexto, a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIMRC), constituída pelos municípios antes integrados na já referida Comunidade Intermunicipal do Pinhal Interior Norte (CIMPIN) e na Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego (CIMBM), assumiu todas as responsabilidades que as suas antecessoras detinham, nomeadamente ao nível da gestão de Fundos Comunitários e da dinamização da Central de Compras e do Portal de Cotações. -----

Embora seja defensável o entendimento de que os atos, a desenvolver pelos órgãos próprios da CIM ou por quem ela delegar, necessários à gestão e dinamização da Central de Compras e do Portal de Cotações, a exercer em representação dos municípios estão devidamente sustentados nas deliberações em que as respetivas Câmaras Municipais manifestaram a adesão àqueles serviços quando foram desenvolvidos pelas anteriores CIM, parece-nos que se justifica a emissão de uma nova manifestação de adesão, como forma de salvaguardar qualquer suspeição, ainda que ténue, relativamente à legitimidade dos atos praticados no âmbito dos referidos serviços em sede de compras públicas em que o Município de Penela seja entidade adjudicante. -----
Assim, reiterando toda a fundamentação subjacente à deliberação de 19 de outubro de 2011, propões que a Câmara Municipal delibere: -----

1. Aderir à Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e autorizar a CC-CIMRC, em nome do Município de Penela, a constituir-se como entidade agregadora dos Municípios que a integram, ficando assim devidamente habilitada a desempenhar a função de representante das entidades adjudicantes, para fazer os convites e realizar os leilões eletrónicos ao abrigo dos acordos quadro por si assinados, ou por outras Centrais de Compras como a Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP); -----

2. Aderir ao Portal Informativo de Cotações da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e autorizar CC-CIMRC, em nome do Município de Penela, a constituir-se como entidade agregadora dos Municípios que a integram, ficando assim devidamente habilitada a desenvolver o Portal Informativo de Cotações da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e desempenhar a função de representante das entidades adjudicantes, para fazer as consultas e negociações no âmbito do referido Portal Informativo de Cotações. -----

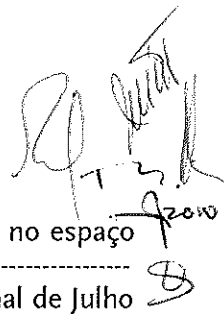
-----A Câmara Municipal deliberou por maioria, com a abstenção dos senhores Vereadores do Partido Socialista, que apresentaram a declaração de voto adiante transcrita, aderir à Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, de acordo com os termos propostos na informação transcrita.-----

“Declaração de voto:-----
Embora entendam que o processo tenha de ser feito, dada a extinção da CIMPIN, ainda assim, dado ser uma deliberação de outubro de dois mil e onze, não têm conhecimento por inteiro da mesma. Supõem que a adesão trará benefícios para a instituição mas não dispõem de elementos que os esclareçam completamente”.-----

8. CAMINHOS AGRÍCOLAS DO CONCELHO DE PENELA: RABAÇAL/CRUZAMENTO DA FARTOSA; FARTOSA/TAMAZINHOS; PONTE DE VIAVAI; SOITO/ESCOURAL. ADJUDICAÇÃO: Com base na informação dos serviços técnicos, a Câmara Municipal analisou e deliberou, por unanimidade, aprovar o relatório final da equipa de análise de propostas e adjudicar a empreitada de “caminhos agrícolas do concelho de Penela: Rabaçal/cruzamento da Fartosa; Fartosa/Tamazinhos; Ponte de Viavai; Soito/Escoural” à empresa Calado & Duarte, Limitada, pelo valor da sua proposta, de 241.892,20€ (duzentos e quarenta e um mil, oitocentos e noventa e dois euros e vinte cêntimos), acrescidos de IVA.-----

9. QUIOSQUE DA SENHORA DA CONCEIÇÃO. RESOLUÇÃO DO CONTRATO DE CESSÃO DE EXPLORAÇÃO: No âmbito da celebração do contrato de cessão de exploração do quiosque da Senhora da Conceição, foi pelo senhor Presidente presente a seguinte informação dos Serviços.-----
“Informação-----

No dia 23 de novembro de 2011, foi celebrado um contracto entre o Município de Penela e Helena Marques Rodrigues, com morada em Rua Cimo do Lugar, nº 223, Molelinhos, Tondela e N° Contribuinte 224658522, para a cessão de exploração do Quiosque da Nossa Senhora da Conceição,



doravante designada apenas de Quiosque, localizado na entrada Norte da Vila de Penela, no espaço oposto à Capela de Nossa Senhora da Conceição. -----

No início de Maio de 2012, a cessionária comunicou verbalmente que iria renunciar no final de Julho ao contrato de cessão de exploração. -----

Dado que se veio a verificar, tendo a mesma desocupado o quiosque e entregue a respetiva chave no início de Agosto ao funcionário João Amílcar Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere no sentido de aprovar a rescisão do contrato de cessão de exploração e aprove a restituição da respetiva caução que lhe está associada.-----

À consideração superior. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com a abstenção dos senhores vereadores do Partido Socialista que apresentaram a declaração de voto adiante transcrita, aprovar a rescisão do contrato de cessão de exploração.-----

Declaração de voto-----

Abstêm-se porque a informação enviada não explica os contornos do contrato que lhe deu origem. A informação prestada no documento é bastante vaga, nomeadamente quanto aos termos do contrato e suas obrigações, gostando por isso de reter mais informação para poderem votar a favor.-----

10. REFEIÇÕES ESCOLARES CUMIEIRA. INDEMNIZAÇÃO SANTA CASA DA MISERICÓRDIA: Pelo senhor Presidente foi presente a seguinte informação, relativa ao assunto em epígrafe.-----

Assunto: Escola do 1º CEB e Jardim de Infância da Cumieira. Refeições Escolares. -----

Transferência para a Santa Casa da Misericórdia de Penela. -----

Proposta -----

A Santa Casa da Misericórdia teve um papel de elevada relevância na implementação dos serviços de apoio à família através da criação de ATL ligado a algumas escolas do 1º ciclo do ensino básico, designadamente Penela (que ainda mantém), Santo Amaro e Cumieira. -----

Como este serviço de ATL e apoio à família incluía geralmente o fornecimento do almoço às crianças, no caso concreto da Escola da Cumieira, atendendo à distância para a sede do concelho, a Santa Casa da Misericórdia optou por proceder à confeção das refeições para a Escola e para o Jardim de Infância em cozinha para o efeito criada no estabelecimento de ensino. -----

Entretanto, na sequência da implementação das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), o ATL viu o seu período de atividade entre as 15:30 e as 17:30 horas ser absorvido pelas AEC, levando a que a Santa Casa deixasse de desenvolver a atividade e, em consequência, também deixasse de fornecer as refeições, que assim voltavam à esfera de responsabilidade do município. -----

Não existindo regularidade de transporte adequado entre a sede de concelho e a Cumieira que permitisse a deslocação diária das refeições, o município optou por contratualizar com a Santa Casa da Misericórdia o fornecimento das refeições à Escola e Jardim de Infância da Cumieira, comprometendo-se esta IPSS a produzir as refeições nas instalações da Escola e o Município a suportar os custos com os recursos humanos necessários. Para poder garantir a produção das refeições a Misericórdia manteve ao serviço a cozinheira que ali prestava serviço. -----

A forte redução do número de crianças a frequentarem a Escola e o Jardim de Infância da Cumieira elevaram para níveis incontroláveis os custos das refeições escolares por aluno, a que acrescia a necessidade de realizar obras de beneficiação da cozinha, factos que motivaram a procura de alternativas que, garantindo a qualidade das refeições, permitissem aliviar a respetiva fatura. -----

Neste contexto de reajustamento, foi possível contratualizar com a Cáritas Diocesana de Coimbra, que entretanto instalara e explorava o Centro de Dia da Cumieira o fornecimento das refeições, tendo sido acordado com a Santa Casa da Misericórdia a cessação da confeção de refeições nas instalações da Escola, facto que levou esta IPSS a negociar com a cozinheira que ali prestava serviço a sua deslocalização para as instalações de Penela ou o despedimento por extinção do posto de trabalho, tendo a trabalhadora optado pela desvinculação, mediante uma indemnização de € 6.000,00. -----

Assim, atendendo a que o valor da indemnização negociada teve em consideração o tempo de serviço prestado pela cozinheira; -----

Atendendo a que esse tempo de serviço, foi maioritariamente realizado ao serviço direto do município – primeiro com as refeições do Jardim de Infância e depois também com as do 1º CEB; -----

Atendendo a que, nomeadamente a partir do início das AEC, o Município assumiu a responsabilidade

de ressarcir a Misericórdia dos encargos suportados com os recursos humanos disponibilizados por esta entidade no apoio à Escola do 1º CEB e ao Jardim de Infância da Cumeieira; -----

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere no sentido de autorizar a transferência de €6.000,00 (seis mil euros) para a Santa Casa da Misericórdia de Penela, a título de compensação pela indemnização paga por aquela IPSS no âmbito da rescisão contratual com a cozinheira que confeccionava as refeições escolares na Cumeieira. -----

À consideração superior. -----

-----O senhor Vereador Eduardo Santos, disse não perceber a que se refere o valor em causa, desconhecendo o compromisso, daí não entender o porquê de ser a Câmara Municipal a indemnizar a funcionária, passando o senhor Vice Presidente a explicar melhor a situação.-----

-----O senhor Vereador Paulo Roxo proferiu a seguinte declaração de voto:-----

“Neste momento a sua vontade era votar contra, no entanto tratando-se da Santa Casa da Misericórdia, o seu sentido de voto vai para a abstenção pois é-lhes dado o valor da indemnização sem acesso à formula de cálculo. Dessa forma os Vereadores do Partido Socialista, em consciência, abstêm-se”.-----

-----A Câmara Municipal deliberou por maioria, com a abstenção dos senhores Vereadores do Partido Socialista, transferir para a Santa Casa da Misericórdia de Penela o valor de 6.000,00€ (seis mil euros) nos termos propostos na informação dos Serviços.-----

11. CASA DA CRIANÇA DE PENELA. TRANSFERÊNCIA DE COMPARTICIPAÇÃO DA DREC PARA A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA: Pelo senhor Presidente foi presente a informação adiante transcrita, que dá conta da transferência de comparticipação da DREC para a Santa Casa da Misericórdia.-----

“Informação-----

Programa de generalização do Ensino Pré-Escolar. Casa da Criança de Penela. -----

Transferência para a Santa Casa da Misericórdia de Penela. -----

Proposta -----

Na sequência do protocolo celebrado entre o Município e a Santa Casa da Misericórdia de Penela, a Casa da Criança, nas suas valências de Creche e Jardim de Infância, transitaram para aquela IPSS a partir do início do ano letivo 2010/2011, por imposição da Segurança Social. -----

Na sequência da transição, já em finais do primeiro período escolar, foi acordado entre a Santa Casa da Misericórdia, o Município, a Direção Regional da Educação do Centro e o Centro Regional de Segurança Social que a comparticipação destas duas entidades para o funcionamento do ensino pré-escolar na Casa da Criança no ano letivo 2010/2011, no âmbito do Programa de Generalização do Ensino Pré-Escolar, deveria ainda ser pago ao Município, comprometendo-se este a proceder á entrega das referidas verbas à Santa Casa da Misericórdia. -----

Nesta conformidade, a Casa da Criança foi incluída no acordo de colaboração celebrado entre o Município, a DREC e o CRSS, para o ano letivo de 2010-2011 no âmbito do programa de generalização do ensino pré-escolar, sendo a comparticipação a receber determinada pela aplicação do valor de € 62,91 (sessenta e dois euros e noventa e um cêntimos) por criança e por mês, acrescidos dos encargos com uma assistente de Ação educativa. -----

Na sequência dos mapas de frequência fornecidos pela Santa Casa da Misericórdia e enviados e validados pela DREC, esta entidade transferiu para o Município a quantia de € 25.108,54, especificamente para o apoio à sala de Pré-Escolar da Casa da Criança referente ao ano letivo de 2010. Tendo-se verificado recentemente que esta verba, recebida pelo Município, em parte, já em 2012, continua indevidamente nos cofres do Município, propõe-se que a Câmara Municipal delibere no sentido de ser autorizada a transferência do montante de €25.108,54 (vinte cinco mil cento oito euros cinquenta quatro cêntimos) para a Santa Casa da Misericórdia de Penela, em cumprimento do protocolo de transferência da Casa da Criança, correspondente à comparticipação do Programa de Generalização do Ensino Pré-Escolar para o funcionamento do Jardim de Infância da Casa da Criança no ano letivo 2010/2011. -----

À consideração superior.” -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a transferência do montante de 25.108,54€(vinte cinco mil cento oito euros cinquenta quatro cêntimos)para a Santa Casa da

Misericórdia de Penela, em cumprimento do protocolo de transferência da Casa da Criança.-----

12. APOIOS MUNICIPAIS:

12.1 AGRUPAMENTO DE ESCUTEIROS DE PENELA: Pelo senhor Presidente foi presente uma informação dos serviços, na qual é proposto a atribuição de um apoio financeiro ao Agrupamento de Escuteiros de Penela, pela sua colaboração no evento Penela Presépio, nas ações de orientação, vigilância e bilhética.-----

-----O senhor Vereador Eduardo Santos, salientou apenas o facto de tal apoio ser redundante, relativamente àquele que é o espírito dos escuteiros.-----

-----O senhor Vice-Presidente, por sua vez, deixou uma palavra de apreço pelos trabalhos desenvolvidos por aquele agrupamento, tanto como porteiros como pelas suas palavras aos visitantes, salientando o facto de este ano, ter havido um aumento significativo de visitantes, relativamente aos anos anteriores.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conceder um apoio financeiro ao Agrupamento de Escuteiros de Penela, no valor de 1.250,00€ (mil duzentos e cinquenta euros).-----

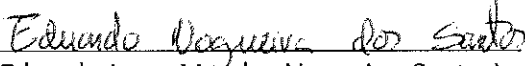
-----O senhor Vereador Paulo Roxo, justificou que os Vereadores do Partido Socialista querem deixar o registo de apreço, quer quanto ao trabalho realizado pelos escuteiros quer pela valorização que deram ao evento Penelapresépio, dado tratar-se de uma entidade que dignificou todo o evento.-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, sendo dezoito horas e dez minutos, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, tendo sido aprovada esta ata em minuta, nos termos do nº3 e para efeitos do disposto no nº4 do artigo 57º, da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro .-----

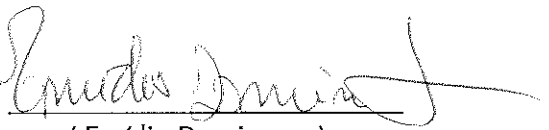
A Câmara Municipal,



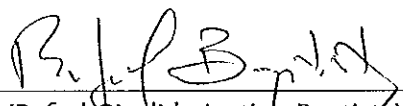
(Luís Filipe da Silva Lourenço Matias)



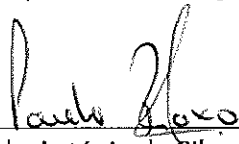
(Eduardo Jorge Mendes Nogueira Santos)



(Emídio Domingues)

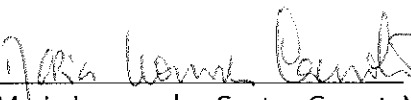


(Rafael Cândido Justino Baptista)



(Paulo António da Silva Roxo)

A Técnica Superior,



(Maria Leonor dos Santos Carnoto)